

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Prazo de validade](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Prazo de validade	2
Título: Meirelles: não há prazo para mudar preço da gasolina	2
Título: Disputa entre refinaria e Petrobras pode render R\$ 1,2 bi ao Rio	3
Título: Empresa da Petrobras atrai 4 consórcios	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Gasolina mais barata?.....	5
Título: Privatizar a Petrobrás? Por que não?	7
Título: Retaliação da UE aos EUA afeta Brasil	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: EUA admitem excluir países como Canadá e México de tarifa do aço	11
Título: Alterar tributação de combustível é visto como uma medida eleitoral	12
Título: Quem cobra e paga caro pela gasolina	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Meirelles se retrata sobre combustível	15
Título: Privatização na gaveta	17
VEÍCULO: Valor Econômico	17

Título: Brasil teme perder mercado de aço na Europa	17
Título: Meirelles fala em mudar tributação da gasolina	19
Título: Peso do ICMS na gasolina dificulta ação do ministro	19
Título: Litel entrega ações de Vale a fundos para reduzir tributo	20
Título: Destaques	22
Título: QGEP tem lucro recorde com venda de área do pré-sal	22
Título: WEG e Engie aceleram geração solar distribuída em SC	24
Título: Estudo conclui que agregar valor ao aço não garante margem maior	26
Título: Petrobras obtém linha de crédito de US\$ 4,35 bi.....	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Prazo de validade

Em café da manhã com investidores em São Paulo, o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa**, mirou a embalagem de um cream cheese e, em tom de brincadeira, comentou com o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino: “a validade vai até maio, maior que a minha”. O comando da pasta vai mudar em abril, com a saída do **ministro Fernando Coelho Filho**, que será candidato. Romeu, cujo mandato acaba em agosto, riu ainda mais ao perceber que a validade da manteiga expirava em outubro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Henrique Gomes Batista, enviado especial e Bárbara Nascimento

Título: Meirelles: não há prazo para mudar preço da gasolina

Ministro do Planejamento diz que serão necessárias mudanças para cumprir regra fiscal em 2019.

NOVA YORK E BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem em Nova York que não há prazo para o governo anunciar mudanças no preço dos combustíveis. Segundo ele, o governo está estudando alterações em

impostos e outros custos, mas disse que não vai alterar a forma como a Petrobras estabelece os preços de seus produtos, com variações diárias, que seguem a cotação internacional dos combustíveis: — A política de preços da Petrobras é autônoma, baseada na eficiência corporativa e na realidade de mercado. Sobre isso, não há nenhum pensamento. Segundo Meirelles, que foi a Nova York se reunir com investidores e empresários, não deve haver qualquer anúncio até 6 de abril, prazo para que ele deixe o cargo se quiser concorrer nas eleições deste ano.

Já o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o governo precisará de alternativas para cumprir em 2019 a chamada “regra de ouro”, que proíbe endividamento para financiar despesas correntes, como pagamentos de salários e custeio. — Precisaremos de alguma alteração legislativa para que o governo possa manter o funcionamento normal das despesas que tem de ser pagas — disse, ressaltando que, para este ano, não há riscos. Ontem, porém, o governo sofreu uma derrota no Congresso, que vai acarretar perda de arrecadação. Deputados e senadores aprovaram uma medida provisória, pela qual os fundos de investimento exclusivos só serão tributados a partir de 2019. Com isso, a arrecadação, antes estimada em R\$ 10 bilhões, passou a zero. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente

Título: Disputa entre refinaria e Petrobras pode render R\$ 1,2 bi ao Rio

Refit, antiga Mangueiras, alega perdas causadas por política de Dilma.

Um julgamento que será retomado na semana que vem pode render aos cofres do Rio de Janeiro R\$ 1,2 bilhão. A Refit, antiga refinaria Mangueiras, briga na Justiça contra a Petrobras por perdas causadas pela política do governo da ex-presidente Dilma Rousseff de segurar os preços do combustível para não impactar a inflação. A causa está em cerca de R\$ 2 bilhões, mas como a refinaria deve impostos, já teve parte dos recursos penhorada pelo governo.

A disputa pode se estender por anos. No entanto, de acordo com fontes ouvidas pelo GLOBO, já há dentro do governo estadual quem defenda que o Rio poderia tentar uma execução provisória de valores e colocar o dinheiro em caixa imediatamente para suavizar sua crise fiscal.

A refinaria já tem um voto favorável. Se conseguir os outros dois dos integrantes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), ganha o processo na 2ª instância. O governo do estado tem interesse no dinheiro porque o valor é alto e pode amenizar o caos das contas públicas.

Representa, por exemplo, 40% de todo o empréstimo que o governador Luiz Fernando Pezão pretende levantar junto ao sistema financeiro com o uso de royalties de petróleo como garantia.

Segundo fontes do meio jurídico, a Petrobras insistirá que a política de preços adotada no governo Dilma não teve a intenção de quebrar empresa nenhuma, mas suavizar oscilações do preço internacional do petróleo. Argumentará ainda que isso não é um delito empresarial. Tentará ainda trazer o Cade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, para ser ouvido no julgamento.

No ano passado, o Cade tentou ser incluído como parte do processo, mas isso foi negado. Outro argumento que deve ser dado é que a empresa pode contribuir mais para o estado com saúde financeira porque pagaria mais royalties.

Já a Refit insistirá na tese do uso político da empresa. E que tem provas periciais de que o combustível era vendido abaixo do preço internacional do petróleo, o que ia além da volatilidade do mercado externo.

A refinaria conseguiu a hipoteca do prédio sede da Petrobras, ou seja, o imóvel não pode ser usado em nenhum negócio da companhia como garantia. O primeiro voto em favor da Refit foi dado pelo desembargador Benedicto Abicar, que acompanhou um parecer do Ministério Público Estadual.

Se perder, a Petrobras deve apelar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e até ao Supremo Tribunal Federal (STF). Como a disputa pode demorar anos, o governo do Rio pensa em formas de tentar ter esse dinheiro antes. Uma das ideias cogitadas nos bastidores é oferecer um imóvel ou até mesmo alguma dívida de empresas com o estado como garantia para fazer uma execução antecipada do valor.

— O processo ainda pode ter um longo trâmite no STJ e STF. Possivelmente uns cinco anos a mais aí — disse uma fonte a par dos bastidores.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Empresa da Petrobras atrai 4 consórcios

Venda da TAG, transportadora de gás, poderia render até US\$ 7 bi à estatal.

Ao menos quatro consórcios pretendem disputar a compra de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), o maior ativo à venda da Petrobras. A

expectativa é que a empresa receba as propostas até o início de abril. Na semana passada, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vetou a venda da Liquigás, subsidiária da Petrobras, para o Grupo Ultra. Agora, a estatal tenta se desfazer da TAG. Com uma rede de 4,5 mil quilômetros de gasodutos que atravessam dez estados nas regiões Norte e Nordeste, com capacidade de transportar 74,7 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, a TAG é avaliada como um negócio vantajoso e de baixo risco.

De acordo com estimativas do mercado, a venda da TAG poderia representar um reforço de caixa para a Petrobras de US\$ 5 bilhões a US\$ 7 bilhões, o que ajudaria a companhia a cumprir a meta de levantar US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018 com a venda de ativos. Segundo executivos do setor, um dos grupos que está sendo formado conta com o fundo soberano Mubadala, dos Emirados Árabes, e a americana EIG Global Energy. Outro grupo seria formado por Itaúsa com o fundo Cambuhy, da família Moreira Salles. A Itaúsa já tem participação na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), a rede de gasodutos da Petrobras na Região Sudeste vendida em 2016 para a Brookfield.

CONTRATOS GARANTIDOS

Na disputa pela TAG estariam ainda o banco de investimentos australiano Macquarie, associado ao fundo canadense CPPIB. Em outra frente, a francesa Engie, que atua no Brasil no setor de energia elétrica, estaria formando um consórcio com fundos de investimento e fundos de pensão. — É um negócio atraente para investidores como fundos de pensão e de investimentos. A empresa tem contratos de transporte de gás natural garantidos — disse um executivo que pediu para não ser identificado. No fim de dezembro, a Petrobras deu início à primeira etapa do processo de venda - quando anuncia formalmente ao mercado a intenção de se desfazer do ativo e fornece informações sobre a empresa. Procurada, a Engie se limitou a informar que tem interesse em ativos da cadeia de gás e “avalia as oportunidades do mercado”. As demais empresas não comentaram o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Celso Ming

Título: Gasolina mais barata?

A vontade de ser candidato à Presidência da República parece ter deixado o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mais exposto a trapalhadas ou, então, ter abalado em alguma de suas convicções. Ele passou a defender a redução dos preços da gasolina. Primeiramente, deu a entender que isso poderia ser feito pela Petrobrás e, assim, teríamos de voltar aos tempos da presidente Dilma, que

determinou o tabelamento dos preços dos combustíveis abaixo do custo, o que quase quebrou a Petrobrás.

A venda de combustíveis a preços mais baixos dos vigentes no mercado internacional é impraticável por outra razão: porque afugenta eventuais interessados em construir refinarias no Brasil ou em fazer sociedade com a Petrobrás para isso. Até mesmo os Estados do Maranhão e do Ceará, convidados a parcerias na construção de refinarias, desistiram do negócio diante das ameaças de terem de vender o produto a preços irrealistas. Depois de reconhecer que não daria para congelar os preços da Petrobrás, Meirelles parece ter reconhecido que preços mais baixos apenas seriam possíveis com redução de impostos, que pesam mais de 40% no preço.

Nesse caso, apareceriam dois problemas graves: primeiro, reduzir a carga tributária quando o setor público tem um rombo fiscal de 1,53% do PIB seria um despropósito. Segundo problema, a maior parte da carga tributária sobre combustíveis é determinada pelos Estados e não pelo governo federal e, por isso, não poderia ser bandeira de candidato à Presidência da República. Quem aluga um carro nos Estados Unidos logo se dá conta de que, por lá, a gasolina é quase um terço do preço vigente no Brasil.

O impacto não se restringe apenas ao bolso do consumidor, mas ao próprio custo da atividade produtiva, na medida em que, aqui, praticamente tudo é transportado por rodovia. Ou seja, o produtor concorre com desvantagem em relação aos seus concorrentes do exterior porque paga muito mais pelo transporte. Assim, a encrência não está no custo do refino e na margem dos postos de combustíveis, mas na carga tributária. O próprio ministro reconhece essa limitação, não sabe o que fazer para sustentar sua proposta eleitoral e aí diz que vai estudar melhor o assunto. Provavelmente desistirá dele.

A cobrança de ICMS pelos Estados é uma bagunça, que estimula a guerra fiscal entre Estados. No Rio, a gasolina paga 34%, em São Paulo, 25%; e no Amazonas, 23%. Essa disparidade é, por si só, fator de sonegação, especialmente em postos fronteiriços entre Estados: o proprietário cobra o combustível por um Estado onde vigora alíquota mais alta e recolhe por outro, com alíquota mais baixa. E quando o imposto é alto, como também acontece com o cigarro, o contrabando, a falsificação por meio de "aditivos" ou de "batizados" e os truques sonegatórios se multiplicam, porque a trapaça passa a valer a pena. Algumas tentativas para unificar as alíquotas do ICMS não deram em nada. (O gráfico mostra ao consumidor que cada quilômetro rodado com o carro dele queima apenas pouco mais da metade de combustível. O resto é imposto.) Este é assunto que volta sempre.

» É a carga de impostos

A tabela ao lado mostra qual é, em alguns Estados, a parcela em reais de impostos federais e estaduais que incidem sobre cada litro de gasolina e de óleo diesel.

A alta carga de impostos, que incide também sobre a energia elétrica, é um despropósito, na medida em que onera importantes insumos básicos utilizados na produção e, portanto, na criação de empregos. Em parte, a alta carga tributária é o que tira competitividade do produto brasileiro ante a concorrência externa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Elena Landau

Título: Privatizar a Petrobrás? Por que não?

Depois de muitos anos escondida do debate eleitoral, a privatização volta à agenda de alguns candidatos. Isso significa que a resistência da sociedade ao tema diminuiu. Pode ser consequência dos escândalos, revelados pela Operação Lava Jato, de uso das estatais para enriquecimento ilícito ou do agravamento da crise fiscal. Ou mesmo da onda liberal que ressurgiu no País como reação ao fracasso da política estatizante dos governos Lula e Dilma.

A sociedade cobra, e com razão, o aumento do investimento público em áreas essenciais e melhoria na prestação dos serviços. Para isso o Orçamento público precisará reequilibrar-se e uma trajetória de superávits primários sustentáveis, ser retomada. A venda de ativos é parte essencial desse ajuste. Não só por causa dos recursos que entram, mas também pelos bilhões em custeio que deixam de sair do caixa do Tesouro Nacional.

Este governo avançou na desestatização da Eletrobrás. Começou pelo anúncio da venda de suas distribuidoras. As dezenas de bilhões que essas concessionárias absorveram não impediram que prestassem o pior serviço do País, sem nenhuma intervenção do órgão regulador. É como se o controle estatal desse salvo-conduto para a ineficiência e a inadimplência. A situação financeira da estatal de eletricidade é grave e sua privatização se tornou inevitável.

A Petrobrás também sofreu as consequências do populismo e da corrupção. A combinação de preços irrealistas para seu principal produto e de investimentos desastrosos produziu um endividamento quase explosivo. A administração atual melhorou o perfil da sua dívida. Mas uma boa gestão é razão para não se falar em privatização? Penso que não. Mesmo porque governos mudam, a governança muda junto, e podemos ter de volta o mesmo tipo de interferência

política que destruiu as estatais brasileiras. No fundo, as razões para vender o controle da Petrobrás são as mesmas que levaram à decisão sobre a Eletrobrás.

Além dos fatores levantados acima, circulam entre especialistas outros argumentos a favor da saída do Estado da Petrobrás. Destaco alguns:

1) Não é função do Estado atuar em atividade econômica, sendo o principal produto da Petrobrás uma commodity. O relevante é que a União, os Estados e municípios saibam usar bem a parte que lhes cabe na renda da exploração do petróleo – que com o pré-sal será enorme –, sem a necessidade de serem investidores.

2) O aquecimento global vem impondo restrições ao uso de combustíveis fósseis, o que reduz o valor da empresa para a sociedade ao longo do tempo. E não vale a pena gastar recursos públicos para reorientar suas atividades para energias renováveis. Do ponto de vista geracional, sua venda deveria ser feita o mais breve possível.

3) E os valores arrecadados com sua venda, e a de tantas outras estatais, estariam muito mais bem aplicados em funções essenciais do Estado.

Obviamente, os argumentos contrários são o contraponto a esses:

1) A Petrobrás cumpre papel estratégico, porque não se pode garantir que o setor privado tenha interesse na exploração do petróleo, pondo em risco o nosso abastecimento.

2) A Petrobrás é um símbolo nacional e há vários países no mundo com controle estatal de empresas petrolíferas.

3) E há também os que não são contra, em tese, mas acham que agora não é o momento para falar em privatização, já que a empresa está em processo de reestruturação e a reação política à sua venda pode interromper um ciclo benigno.

Sou a favor da privatização da Petrobrás. Não se deve confundir interesse estratégico com propriedade. É verdade que há países com estatais de petróleo, mas seria importante apontar a qualidade da governança e a estabilidade institucional desses governos em comparação com uma sociedade patrimonialista e com histórico de administrações com pouco apreço pelo dinheiro do contribuinte, como aqui. Mas também é verdade que num dos mais importantes players mundiais nessa área, os Estados Unidos, a atividade é privada. Isso não impede uma atuação estratégica do governo norte-americano na defesa de suas reservas e do abastecimento doméstico. É bom lembrar

também que a maior descoberta de combustível alternativo nos Estados Unidos, a do gás de xisto, foi feita por capital privado.

Estratégico é garantir a oferta, o que já foi atingido. Assim, o papel do Estado para garantir a autossuficiência, argumento principal dos que defendem o controle estatal, já passou. O mito de que empresas estrangeiras não teriam interesse em produzir petróleo em solo brasileiro também caiu por terra com a entrada de grandes multinacionais nos recentes leilões do pré-sal.

A gravidade e a profundidade da crise fiscal revela os limites da atuação do Estado e as escolhas que o governo deve fazer para o melhor atendimento das necessidades da sociedade. A conta a fazer é: com a venda da Petrobrás, e de tantas outras estatais, quanto o Estado pode oferecer em serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento e segurança? Isso é mais importante para os brasileiros do que o simbólico controle de uma estatal de petróleo.

É evidente que os ganhos obtidos devem trazer impacto no longo prazo, e não ser utilizados para cobrir gastos correntes. E a modelagem de venda deve proporcionar retorno à sociedade, o que significa maximizar os recursos que serão pagos à União e, portanto, ao contribuinte, ao mesmo tempo garantindo competição no setor e a continuidade da produção de forma eficiente.

A agenda da privatização deve ser ampliada e ousada. Para isso basta seguir a Constituição brasileira – nela não há previsão de um Estado empresarial.

Na realidade, a resistência à privatização da Petrobrás é simbólica, subjetiva. É o espírito da era getulista que mantém o culto a "o petróleo é nosso". Não há nenhuma diferença entre as razões para a retirada do Estado do controle da Petrobrás e de qualquer outra empresa estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Andrei Netto / Jamil Chade

Título: Retaliação da UE aos EUA afeta Brasil

Trump deve anunciar hoje taxa para importação de aço e alumínio; resposta europeia deve vir em 90 dias e Brasil seria vítima duplamente.

O risco de guerra comercial entre os Estados Unidos e a União Europeia cresceu ontem com o anúncio feito por Bruxelas de que vai retaliar em até três meses se Washington cumprir a ameaça de elevar as tarifas para a importação de aço e alumínio. As áreas da economia americanas afetadas seriam tanto a indústria

metalúrgica quanto setores simbólicos da indústria e da agricultura do país – com baixo impacto sobre os consumidores europeus.

Em paralelo, medidas de salvaguarda contra o aço e o alumínio produzido em países como Canadá, China e Brasil poderiam ser adotadas para evitar a "invasão" do mercado europeu. A estratégia adotada pelos europeus acabará tendo um impacto negativo para as exportações brasileiras. Setores como o do aço, tabaco, suco de laranja, têxteis e calçados podem ser afetados. Bruxelas indicou que está examinando uma lista de produtos que seriam alvo de uma retaliação. O problema é que, pela lei, a imposição de uma salvaguarda exigirá que a UE aplique a mesma tarifa para todos os governos, inclusive o Brasil.

Na semana passada o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a intenção de impor barreiras alfandegárias globais da ordem de 25% para as importações de aço e de 10% sobre o alumínio, alegando segurança nacional. Ontem, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steven Mnuchin, disse, na TV americana, que o anúncio sobre a tarifação de aço e alumínio deve ser feito hoje. A comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström, apresentou, ontem, as linhas gerais da eventual represália europeia, que incidiria sobre uma cesta de produtos no valor de $\approx$ 2,8 bilhões – o estimado das barreiras americanas.

Além do aço e do alumínio procedentes dos EUA, que também seriam sobretaxados, os produtos atingidos pela alta de impostos europeus, ainda não revelados, teriam valor econômico, político e simbólico, mas com baixo impacto sobre a economia do bloco. Jeans Levy's, motocicletas Harley Davidson e whisky bourbon, os exemplos citados no final da semana pelo presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, foram indiretamente confirmados como parte do pacote pela comissária de comércio.

Cecilia Malmström, entretanto, reiterou que espera não ter de impor barreiras. "Nós poderemos decidir fazê-lo, mas também poderemos esperar. Depende das medidas implementadas (nos EUA) e por quanto tempo", afirmou a comissária. Entre os produtos cogitados estão o suco de laranja, a manteiga de amendoim, além dos jeans, motocicletas e whisky. "Uma lista provisória está em discussão e será publicada em breve", confirmou Cecilia Malmström, que não mencionou marcas ou fabricantes específicos americanos atingidos pelas retaliações.

"Haverá produtos em aço, industriais e agrícolas", disse ela, referindo-se ainda a "calças de trabalho, de algodão, para homens", por exemplo. Brasil. O Estado apurou que, dentro do governo brasileiro, técnicos começam a avaliar qual seria o impacto de uma medida europeia em determinados setores. Diplomatas brasileiros também já deixaram claro de maneira informal aos europeus sua preocupação com o impacto em cascata que retaliações poderiam ter.

A Europa é, por exemplo, o principal comprador do suco de laranja brasileiro, respondendo por cerca de 70% das vendas nacionais ao exterior. A lista preliminar dos europeus também inclui sapatos de couro, tabaco e outros produtos que também são exportados pelo Brasil. Para completar, os europeus indicaram que irão aplicar salvaguardas contra o aço brasileiro que, numa situação normal, estaria indo ao mercado americano.

O objetivo é o de evitar que a oferta extra no mercado internacional acabe inundando seu próprio mercado, com aço do Brasil e de outros setores. Alguns negociadores brasileiros já apontam que, se tudo isso for implementado, as perdas para o Brasil poderão ser bilionárias. Por enquanto, o governo brasileiro está apenas aguardando o anúncio pela Casa Branca.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ESTELITA HASS CARAZZAI WASHINGTON

Título: EUA admitem excluir países como Canadá e México de tarifa do aço

Governo diz que exceções serão vistas caso a caso, sob o argumento de preservar segurança nacional

Sobretaxa a produtos siderúrgicos, que afetará o Brasil, deverá ser anunciada nesta semana por Trump

O governo dos EUA admitiu, nesta quarta (7), que alguns países, como Canadá e México, podem ser excluídos das tarifas de importação sobre aço e alumínio, anunciadas na semana passada pelo presidente Donald Trump.

“Há potenciais exclusões para o México e o Canadá e possivelmente outros países também, com base na segurança nacional”, afirmou a secretária de imprensa da Casa Branca, Sarah Sanders, durante entrevista.

O Brasil, segundo maior exportador de aço para os EUA, seria um dos principais prejudicados com a alíquota de 25% sobre o aço importado, anunciada de surpresa por Trump no dia 1º. No caso do alumínio, a alíquota é de 10%.

A secretária, porém, não mencionou se o Brasil estaria entre as exceções.

A expectativa é que a assinatura da medida, com o detalhamento das tarifas, seja feita até o fim desta semana.

“Será feita [uma análise] caso a caso, país por país”, disse Sanders.

O Brasil, assim como outros países, trabalha nos bastidores para tentar convencer os EUA a estabelecer exceções para determinados produtos. A alíquota, na prática, inviabilizaria a exportação de aço brasileiro ao país norte-americano a preços competitivos.

Outros países responderam mais agressivamente e ameaçaram retaliar produtos americanos caso as tarifas sejam confirmadas —caso da União Europeia, do Canadá e do México, alguns dos maiores parceiros comerciais dos EUA.

Os europeus, por exemplo, disseram que vão adotar medidas punitivas contra US\$ 3,5 bilhões em produtos americanos, entre os quais motocicletas Harley-Davidson, jeans Levi’s e uísque bourbon.

OPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA

A medida de Trump também não foi bem recebida por parte da própria indústria dos EUA, que depende do material importado para produzir. Os setores de construção, automotivo, metalúrgico e petrolífero seriam alguns dos mais prejudicados com o aumento de custos. Economistas estimam que a medida causaria a perda de quase 180 mil empregos pelo país.

Apesar da reação negativa, Trump já afirmou que não irá voltar atrás. O argumento do republicano, que quer reduzir os déficits comerciais dos EUA, é que a medida está relacionada à segurança nacional —já que a produção de aço e alumínio seria essencial à indústria de defesa.

Trump defende que as tarifas iriam gerar empregos no setor siderúrgico nacional e proteger a indústria americana, no melhor estilo “América em primeiro lugar”, seu bordão de campanha.

O anúncio das tarifas enfrentou oposição na Casa Branca e no próprio Partido Republicano. Nesta semana, o governo perdeu seu principal assessor econômico, o ex-presidente do banco Goldman Sachs Gary Cohn, que discordava das tarifas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARINA DIAS MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: Alterar tributação de combustível é visto como uma medida eleitoral

Avaliação política é que o descontentamento com o preço prejudica popularidade do governo

Déficit nas contas da União impede corte de tributos; proposta pegou de surpresa até a equipe econômica

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o governo estuda alterar a tributação sobre os combustíveis, de forma que isso reduza o preço nas bombas. A medida tem viés político, uma vez que tanto ele quanto o presidente Michel Temer almejam aumentar popularidade, com o objetivo de viabilizar uma candidatura governista para as eleições.

Com o prazo apertado para decidir se deixa o ministério se quiser concorrer ao Palácio do Planalto —ele tem que sair do cargo até 7 de abril —, Meirelles resolveu debater o assunto, de elevado interesse popular. O preço da gasolina nas bombas subiu 12,07% nos últimos 12 meses, segundo o IBGE.

Em agosto do ano passado, o governo elevou as tarifas de PIS/Cofins dos combustíveis com o objetivo de gerar receita e ajustar suas contas. Além disso, a Petrobras passou a adotar uma política de preços que busca acompanhar as cotações internacionais do petróleo. Os dois movimentos ajudaram a aumentar o preço nas bombas, o que é negativo em um ano eleitoral.

A avaliação política é a de que a população ainda não sentiu no bolso os efeitos da queda da inflação, dos juros e do fim da recessão. E o alto preço da gasolina alimenta reclamação em todo o país.

A equipe econômica não fala em uma “nova política” a ser anunciada agora, mas admite que o preço do combustível está elevado e a tributação responde por boa parte disso. Mexer nos impostos, portanto, seria a saída para reduzir os preços, uma vez que Meirelles já negou qualquer tipo de interferência na política da Petrobras.

SURPRESA

Além de PIS/Cofins, há outros tributos que incidem sobre os combustíveis, como a Cide (repartido com Estados e municípios) e o ICMS (estadual). O ministro tem que conversar com governadores e isso ainda não foi feito.

No entanto, não estão maduros estudos técnicos sobre uma eventual redução de tributos. Integrantes da equipe econômica disseram ter sido pegos de surpresa pela iniciativa e desconhecem a estratégia de Meirelles.

A arrecadação melhorou e a receita obtida com o aumento dos impostos não é tão necessária quanto foi no ano passado. Mas as contas seguem com déficit que supera R\$ 100 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Quem cobra e paga caro pela gasolina

A GASOLINA é cara por causa dos impostos. Ficou ainda mais cara depois do impetramento de Michel Temer, em julho do ano passado. Nesta pré-temporada eleitoral, o governo abriu os ouvidos para a chiadeira popular contra o aumento dos combustíveis. Eleitoreira ou não, é uma ideia de jerico reduzir imposto, ainda mais para baratear o uso de carros.

Antes de discutir o que fazer com os impostos da gasolina, convém ter uma noção de como é composto o preço do combustível nos postos e de onde veio o aumento recente.

No estado de São Paulo, impostos estaduais e federais levavam 45% do preço médio da gasolina nos postos, neste mês. A Petrobras ficava com quase 29%. Os produtores do etanol que vai na mistura ficam com 13%.

Nessa conta, a margem de distribuidoras e postos é 13%, segundo estimativa da Petrobras para a média das principais capitais do país. Nas cidades maiores do centro-sul, a composição do preço na bomba não é lá muito diferente do que se vê em São Paulo.

Dada essa composição do preço e considerado o custo do combustível nas refinarias e nas usinas neste começo de março, o preço médio da gasolina deveria ser de R\$ 4,01 em São Paulo. Na média, está por aí, R\$ 3,99, segundo a pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo.

Na semana do aumento do imposto de julho de 2017 (de PIS/Cofins), a gasolina paulista custava em média R\$ 3,23. De onde veio o aumento desde então?

O aumento de imposto foi quase inteira e imediatamente repassado para o preço nos postos: alta de 33 centavos. Outros 14 centavos, por aí, parecem ter vindo do aumento do preço do etanol anidro (27% do litro do que é vendido como gasolina comum). O resto veio do custo do fornecedor da gasolina,

basicamente Petrobras, e de alguma pequena variação nas margens de distribuição e revenda.

Sim, o etanol está caro, em particular o etanol anidro, R\$ 1,97 o litro, bem mais salgado que a gasolina nas refinarias da Petrobras (R\$ 1,57, preço sem impostos e custo de distribuição). O etanol que vai direto no tanque custa R\$ 1,88 nas usinas (sem imposto, pois). Não fica mais caro que a gasolina porque paga menos imposto federal e estadual.

O governo fez o imposto da gasolina de julho de 2017 porque está quebrado. Na hipótese remota em que pudesse abrir mão de receita, baixando alíquotas de impostos, a gasolina não deveria ter prioridade. Obviamente não serão os Estados que baixarão o ICMS sobre a gasolina. Enfim, por que privilegiar e incentivar o uso de carros?

Se é para arrecadar menos ou gastar mais, necessidades urgentes não faltariam. Por exemplo, o governo cogita fazer um remendo no Bolsa Família a fim de compensar o aumento do preço do botijão de gás, que pesa muito no orçamento das famílias mais pobres, isso quando há fogão ou o que cozinhar. Mas menos enrolado, eficaz e justo seria reajustar logo o Bolsa Família.

Quem sabe o governo esteja inventando algum outro milagre ou mágica a fim de baixar o preço da gasolina ou de outros combustíveis de veia. Difícil imaginar como, sem perder receita ou sem criar um subsídio cruzado (algum contribuinte pagaria a conta da redução do imposto do combustível).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Meirelles se retrata sobre combustível

Depois de dar declarações consideradas eleitoreiras sobre a política de preços dos combustíveis, derrubando os papéis da Petrobras, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se retratou ontem, em Nova York (EUA). Meirelles afirmou que o ministério não pretende interferir na precificação de gasolina, diesel e gás, mas estuda avaliar uma “estrutura melhor de impostos” sobre os combustíveis. “A política de preços da Petrobras é baseada na eficiência corporativa e na realidade de mercado. Mas existem outros fatores que adicionam valor”, disse.

O ministro explicou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está de olho nas margens das distribuidoras e que a Fazenda vai revisar

questões tributárias. Indagado se o ministério pode lançar alguma medida antes de 6 de abril, prazo para a desincompatibilização caso queira se lançar candidato à Presidência da República, Meirelles garantiu que não há nada nesse sentido. “Foi meramente uma manifestação de que estamos olhando isso”. Sobre a queda nas ações da Petrobras, o titular da Fazenda considerou uma ocorrência “absolutamente previsível”. “Os mercados reagem, muitas vezes, numa tentativa de fazer preço e depois se ajustam”, justificou.

A Petrobras informou que o governo federal consultou a empresa sobre a volatilidade dos preços, mas garantiu que continuará ajustando os valores conforme as variações nas cotações internacionais do petróleo. “Tendo em vista que, na formação do preço final, a parcela da refinaria constitui menos de 50% no diesel e menos de 33% na gasolina, qualquer medida para reduzir a volatilidade deverá alcançar os demais componentes do preço, sendo que o principal deles é a carga tributária, federal e estadual”, disse, em nota.

Impacto eleitoral

Para o cientista político Cristiano Noronha, os altos preços da gasolina e do gás de cozinha causam sensação de que não houve queda na inflação. “É um tema sensível, portanto de alto impacto eleitoral. O ministro falou demais e de forma precipitada”, avaliou. Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), como Meirelles já se declarou candidato, deixou de agir como ministro e entrou numa discussão política. “Falou bobagem. A lei é clara. A Petrobras tem liberdade de precificar na refinaria”, argumentou.

Pires ressaltou que, se o governo voltar a intervir na formação de preços, a Petrobras corre o risco de perder todo o ganho de valor de mercado que o atual presidente, Pedro Parente, conquistou. Desde que assumiu o cargo, em maio de 2016, a estatal se valorizou R\$ 173,2 bilhões, segundo levantamento da consultoria Economatica feito a pedido do Correio.

A ex-presidente Dilma Rousseff entregou a petroleira valendo apenas R\$ 125,6 bilhões, apurou o gerente da consultoria, Einar Rivero. “Em 6 de março, a empresa valia R\$ 298,9 bilhões”, disse. “O grande prejuízo da companhia teve como principal motivo a política de represamento de preços de Dilma Rousseff. Do ponto de vista econômico, as perdas por conta disso foram muito maiores do que a corrupção”, ressaltou Pires. Segundo o diretor do Cbie, dos US\$ 100 bilhões de dívidas da petroleira, US\$ 40 bilhões foram perdas com a política de subsidiar gasolina e diesel.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Política**Autor:** Denise Rothenburg**Título:** Privatização na gaveta**Brasília-DF**

A proposta de privatização da Eletrobrás corre o risco de mofar nos escaninhos da Câmara. É que, por causa da janela partidária, que vai mexer na composição das bancadas, a comissão especial parou. A ideia é só retomar em abril, quando cessar o troca-troca partidário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Assis Moreira | De Genebra**Título:** Brasil teme perder mercado de aço na Europa

O que está péssimo pode ficar pior. É como o Brasil e outros países reclamaram junto à União Europeia (UE) diante do plano de Bruxelas de também restringir as importações de aço e alumínio.

Segundo maior exportador de aço para os EUA, o Brasil vai sofrer com a sobretaxa unilateral que Donald Trump pretende impor. E será igualmente atingido com a reação europeia de proteger o mercado comunitário de 28 países (o Reino Unido ainda não deixou o bloco formalmente).

A comissária europeia de Comércio, Cecilia Malmström, alegou que a sobretaxa de 25%, anunciada por Trump, representará restrição de entrada de 15 milhões de toneladas de aço no mercado americano. Significa que os exportadores vão procurar redirecionar esse enorme volume para outros mercados, a começar para a UE.

Para evitar essa "inundação" de aço barato, Bruxelas pretende impor uma salvaguarda global de emergência contra súbitos aumentos de importação, o que normalmente pode durar três anos sem compensar os parceiros prejudicados. O Brasil já exporta menos aço para a Europa depois da imposição pela UE, no ano passado, de sobretaxa antidumping que varia de € 53,4 a € 63 por tonelada de laminado a quente, usado para construção e maquinário.

Além disso, o bloco europeu acha que a sobretaxa americana não tem nada a ver com segurança nacional, e considera ter o direito de retaliar produtos americanos. Estão na mira desde uísque bourbon, suco de laranja, milho, camisas, jeans, cosméticos e outros bens de consumo até motos e barcos, mas unicamente dos EUA. Os europeus alegam que retaliarão somente os americanos, nesse contexto, e não importações procedentes de outros países.

A UE pode facilmente adotar salvaguarda global, mas a retaliação a produtos de um só país tem mais justificação política do que amparo nas regras internacionais. Importantes especialistas, como Gary Hufbauer, do Peterson Institute, em Washington, consideram a retaliação inevitável, até para evitar novas medidas protecionismo de Trump.

No governo brasileiro, no momento, impera a postura "low profile", sem tom guerreiro, no aguardo dos detalhes da medida unilateral de Trump. Tampouco estaria sendo preparada uma lista de produtos americanos sujeitos a retaliação. Porém, quem conhece o comércio bilateral sabe que o primeiro produto passível de retaliação é o etanol. O Brasil importa muito dos Estados Unidos, com isenção de imposto, e pode aumentar bastante a alíquota, se quiser.

Em Nova York, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o governo brasileiro precisa ser cuidadoso para não entrar em uma guerra de palavras com Washington, "que pode ser tão negativa quanto os fatos". Segundo ele, é preciso "esperar para ver como esta situação se desenvolve".

Para o ministro, a política protecionista defendida por Trump é "negativa para os EUA e para o mundo. A questão do aço prejudica a todos, inclusive a própria indústria americana, que teria de pagar um preço mais alto pelo aço".

O Brasil e um número crescente de países voltaram a protestar na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a medida americana, mas nenhum ameaçou claramente com retaliação ou denúncia no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, aguardando medida formal a ser tomada por Trump.

Para o Brasil, existe um forte perigo de se usar a exceção de segurança nacional, prevista em artigo da OMC, para restringir importações. O país pediu para a administração Trump rever a decisão. A China foi enfática contra a ação de Trump. Rússia e Turquia também se manifestaram. A delegação americana na OMC permaneceu calada. **(Colaborou Eduardo Graça, de Nova York, para o Valor)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Eduardo Graça | Para o Valor, de Nova York**Título:** Meirelles fala em mudar tributação da gasolina

Um dia após ter feito declarações que repercutiram mal nas ações da Petrobras, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reafirmou ontem em Nova York que a política de preços da companhia é autônoma e que não há nenhuma discussão sobre mudança de fixação dos preços da gasolina e do gás por parte do governo. Mas disse que o governo estuda uma mudança nos impostos.

"Sobre os preços da gasolina o que podemos dizer é que a flutuação de receitas dos Estados varia muito, especialmente nos Estados produtores. Tratei de um início de um processo que envolverá governadores, é o começo de uma discussão que será centrada na questão tributária", disse ontem à noite. Mais cedo, já havia sinalizado a intenção de mudar a tributação. "Estamos começando a analisar a questão de alteração de impostos, se poderia haver uma melhor estrutura, revisando tudo isso e vendo se há algo a fazer, ou não, mas sem data específica, incluindo questões tributárias que serão analisadas no âmbito federal e no estadual".

Sobre o fato de suas declarações de terça-feira terem provocado a queda nas ações da estatal, Meirelles afirmou que "são reações absolutamente previsíveis, numa tentativa de fazer preço, de ganhar preço, e depois se ajustam", afirmou. "A Petrobras fixa seu preço de acordo com condições de mercado e produção da empresa. Existem outros fatores que adicionam valor, como a margem de distribuição das distribuidoras. E existe, nesse caso, a possibilidade de uma ação do Cade", disse Meirelles. O ministro, pré-candidato à Presidência, está em Nova York para encontros com lideranças empresariais e investidores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Fabio Graner | Brasília**Título:** Peso do ICMS na gasolina dificulta ação do ministro

Se realmente quiser mexer no preço da gasolina por meio de uma revisão tributária, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, terá que negociar com governadores para produzir algo relevante. Em tempos de restrição fiscal e dificuldades dos governos se financiarem, não é tarefa fácil, ainda mais se lembramos que é muito difícil obter uma convergência de governadores sobre um tema, exceto quando se trata de ampliar gastos ou conseguir crédito.

Dados disponíveis na página da Petrobras na internet mostram que o ICMS, o imposto cobrado pelos Estados, representava 29% do preço final médio do combustível no fim de fevereiro. Era sozinho o item mais importante na composição do preço, ganhando inclusive do valor inicial do produto vendido pela estatal na refinaria.

Somando o ICMS com tributos federais incidentes sobre a gasolina (PIS/Cofins e Cide), a carga tributária representa cerca de metade do preço final do produto, que voltou ao centro do noticiário após o tumulto criado por Meirelles. O ministro disse anteontem que estava estudando uma nova política de preços da gasolina. Foi desmentido pela Petrobras e, em seguida, corrigiu a declaração, dizendo que o que está se avaliando, sem prazo para conclusão, é rever questões tributárias do setor.

Se estiver disposto a rever apenas a tributação federal nos combustíveis, que representa cerca de 16% do preço final, Meirelles teria questões a explicar. Uma delas é como baixar imposto em momento de restrição fiscal grave, ainda com déficits monumentais. Além disso, terá que explicar por que baixar um imposto que subiu há menos de um ano, exatamente para ajudar a diminuir o rombo fiscal e que, por sinal, tem gerado volumosas receitas para o governo.

A situação expõe ainda mais o problema da indefinição de candidatura de Meirelles. Pela cartilha do ministro, o tema seria resolvido com a simples resposta de que o assunto é da Petrobras. Pela agenda do candidato, o assunto é inescapável, porque se trata de dizer o que fará com um preço que atinge direta e indiretamente os eleitores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Rafael Rosas e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Litel entrega ações de Vale a fundos para reduzir tributo

A decisão da Litel de chamar uma assembleia para transferir parte das ações de Vale em seu poder para os seus acionistas - vários fundos de pensão - tem por objetivo, segundo apurou o **Valor**, aproveitar uma oportunidade de planejamento tributário.

O movimento da Litel é fazer uma redução do seu capital social, entregando aos fundos Previ, Funcef, Petros e Funcesp 201.142.857 ações da mineradora. Essa operação permitirá aos fundos pagar menos impostos na hora em que essas ações ou parte delas forem vendidas, o que ainda não tem prazo para ocorrer. Na terça-feira, a Litel convocou para 21 de março uma Assembleia Geral

Extraordinária (AGE) para deliberar sobre a proposta. Caso seja aprovada, o capital social da Litel irá de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 1,469 bilhão.

Ao transferir as ações de Vale para os fundos haverá incidência de impostos, mas essa tributação será inferior do que se houver a venda das ações diretamente na holding, que reúne as participações acionárias dos fundos na Vale, segundo fontes. O fundo de pensão não paga tributo.

Essa transferência de ações, observam as fontes, não é "condição necessária" para a futura venda de ações da Vale. Por ora, trata-se de planejamento tributário. Porém, essa operação pode facilitar a potencial venda de ações da Vale detidas pelos fundos, segundo fontes. Com as ações ainda dentro da Litel, deveria haver uma decisão conjunta sobre vender ou não os papéis. Mas, com eles em poder dos fundos, cada fundação poderá decidir o que fazer.

A proposta da Litel mexeu com os "nervos" do mercado, que passou a acreditar que a venda de ações de Vale pode ocorrer a curto prazo depois do fim do bloqueio de ações da mineradora, em fevereiro. Esse bloqueio de venda surgiu como consequência da unificação de ações da companhia no ano passado, e previu que os controladores não podiam se desfazer de parte de suas ações por seis meses. Isso terminou em fevereiro.

Segundo apurou o **Valor**, bancos de investimento têm batido às portas dos fundos se oferecendo como assessores em uma operação de venda dos papéis da Vale. Todavia, até agora não há bancos com mandato para essa finalidade.

As fontes afirmam que os fundos de pensão reunidos na Litel estão "alinhados" e, mesmo depois de receberem as ações, não sairão vendendo Vale "loucamente".

Há, ente os fundos, a percepção de que a venda de ações de Vale não vai ocorrer em abril. A partir daí, será preciso considerar a influência do cenário político sobre o mercado, que pode sofrer com maior volatilidade com a evolução da campanha eleitoral. Nesse cenário, uma possibilidade de venda dessas ações poderia ocorrer quando o quadro eleitoral estiver mais definido, o que deixa em aberto, inclusive, se haveria tempo para a operação ocorrer este ano.

Petros, Previ e Funcef informaram que não comentam o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Mudança na Cemig

A Cemig anunciou que Maurício Fernandes Leonardo Júnior será o novo diretor financeiro da companhia, no lugar de Adézio de Lima, que deixou o cargo. Outra mudança na diretoria será a entrada de Daniel Faria da Costa como novo diretor de desenvolvimento de negócios, no lugar de José Maria Rabelo. Segundo a Cemig, o governo de Minas Gerais, acionista controlador da companhia, vai indicar Lima e Rabelo para o conselho de administração da estatal na próxima assembleia geral extraordinária (AGE) que será convocada. "O conselho de administração registra seu agradecimento aos senhores Adézio de Almeida Lima e José Maria Rabelo pelos serviços prestados como executivos da Companhia, especialmente no que diz respeito ao alongamento do perfil da dívida e na execução do Plano de Desinvestimento", diz o comunicado da Cemig.

Minério volta a cair

O minério de ferro sofreu mais uma queda ontem no mercado à vista da China. Os preços da matéria-prima com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caíram 0,3%, para US\$ 75,84 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". No entanto, mesmo após quatro dias consecutivos de baixa, a commodity ainda acumula ganhos de 4,4% em 2018. Em março, o recuo é de 3,5%. Por outro lado, o que se viu no índice de maior qualidade foi uma alta. Os preços do insumo com teor de 65% de ferro subiram 0,2%, a US\$ 92,50.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio**Título:** QGEP tem lucro recorde com venda de área do pré-sal

A venda da participação no promissor prospecto de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, para a norueguesa Statoil, impulsionou o resultado da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) em 2017, fechando o ano com lucro recorde de R\$ 357,4 milhões, mais que o dobro do apurado no ano anterior. O resultado do quarto trimestre, quando houve a primeira parte do pagamento pelo negócio, também foi recorde, de R\$ 193 milhões mais que o triplo do obtido em igual período de 2016.

"Mesmo sem a venda de Carcará, nós já teríamos um resultado [em 2017] melhor do que o que tivemos no ano anterior, em função de um resultado melhor em [no campo de] Manati [na Bahia]. Tivemos uma receita maior e custos associados à manutenção menores. Tivemos menos custos exploratórios", disse a diretora Financeira e de Relações com Investidores da QGEP, Paula Corte-Real.

Em julho de 2017, a QGEP assinou a venda de sua fatia de 10% no bloco BM-S-8, onde está Carcará, por US\$ 379 milhões. O pagamento da primeira parcela, de 50%, porém, foi feito apenas em novembro, quando a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a transferência. O restante será pago em duas parcelas, sendo uma (de 12%) após a outorga do contrato de partilha da área adjacente do bloco, que ocorreu em fevereiro, e outra (de 38%), depois da assinatura do acordo de individualização de produção ou unitização da área.

Segundo a executiva, mesmo com o recebimento de 50% do valor do negócio, já foi feita a baixa do valor total do ativo no balanço da QGEP no quarto trimestre.

Com o negócio, a Statoil passou a deter 76% do bloco. Os outros sócios são Petrogal (14%) e Barra Energia (10%).

Com o recebimento da primeira parcela, a QGEP ganhou fôlego e fechou o ano passado com caixa em torno de R\$ 2 bilhões. Assim, o conselho de administração da empresa propôs a distribuição excepcional de dividendos, de R\$ 400 milhões, ou algo como R\$ 0,55 por ação. Nos últimos três anos, a petroleira vinha distribuindo R\$ 40 milhões por ano (cerca de R\$ 0,15 por ação).

"Esta ação [distribuição de dividendos extraordinários] foi tomada em função sobretudo da venda [de Carcará], mas também das necessidades que a companhia terá de curto, médio e longo prazo. Então, estamos confortáveis com isso", disse o diretor presidente da QGEP, Lincoln Guardado.

'De uma maneira ou de outra, eles vão nos pagar' diz Guardado, sobre inadimplência da sócia Dommo (ex-OGX)

Com relação aos compromissos futuros, a QGEP planeja investir US\$ 70 milhões em 2018, sendo US\$ 48 milhões no campo de Atlanta, no bloco BS-4, na Bacia de Campos, que entrará em operação entre o fim de março e início de abril, e US\$ 17 milhões em exploração. Para 2019, a previsão é investir US\$ 46 milhões, dos quais US\$ 30 milhões em Atlanta e US\$ 11 milhões em exploração no bloco BM-CAL-12, na Bacia de Camamu-Almada.

O início da produção no campo de Atlanta marcará o primeiro óleo da QGEP como operadora, a partir de um sistema de produção antecipada, por meio de

um navio-plataforma. A expectativa inicial da empresa é produzir 20 mil barris diários, através de dois poços, com a possibilidade de perfurar um terceiro poço no fim do ano, ampliando a produção para 30 mil barris diários. A companhia deverá decidir sobre o modelo do sistema definitivo de produção no campo em 2019.

A QGEP é operadora em Atlanta, com 30% da área. Os demais sócios são a Barra Energia (30%) e a Dommo Energia (antiga OGX, 40%).

A petroleira criada por Eike Batista, aliás, está inadimplente com os sócios no BS-4 em cerca de R\$ 150 milhões. A QGEP trabalha com três saídas para o impasse. A primeira seria a venda direta da participação da Dommo para outra empresa. A segunda é uma arbitragem internacional, acionada pela própria Dommo, contra o pedido da Barra Energia de expulsão da companhia do consórcio. A última é o pedido pela QGEP à ANP de venda ou transferência da fatia da Dommo, por inadimplência.

"De uma maneira ou de outra, eles vão nos pagar. Ou pela venda [do ativo] ou pela inserção de algum tipo de capital que eles possam vir a tomar", disse Guardado.

Sobre a 15ª Rodada da ANP, marcada para 29 deste mês e da qual a QGEP está inscrita, ele não revelou detalhes, mas contou que a empresa atuará em linha com a gestão do seu portfólio. "Não é uma obrigatoriedade, mas uma intenção [de participar do leilão]."

Após o leilão, a QGEP deve colocar à venda participações em dois blocos, nas bacias da Foz do Amazonas e de Pará-Maranhão. A ideia é buscar sócios para a exploração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: WEG e Engie aceleram geração solar distribuída em SC

A Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) iniciou um programa para acelerar a implantação de projetos de geração distribuída da fonte solar fotovoltaica na indústria do Estado, atacando o maior problema desse setor: o financiamento. Se tudo ocorrer como previsto, as empresas WEG e Engie, que estão liderando a iniciativa junto da Fiesc, poderão levar o projeto para o restante do país, ajudando a deslançar esse tipo de geração de energia.

No caso de Santa Catarina, um dos diferenciais do projeto é o envolvimento das instituições financeiras Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Cooperativa Central de Crédito Urbano (Cecred), que vão facilitar o financiamento dos equipamentos de geração para os consumidores. O foco é em pequenas e médias empresas.

"No programa, nós vamos instalar a geração solar no telhado dos consumidores. Aquilo que ele gerar de energia vai representar uma economia na conta de luz, e esse valor da economia vai ser equivalente às parcelas do financiamento dos equipamentos", disse João Paulo Gualberto da Silva, diretor de Novas Energias da fabricante de equipamentos WEG.

O custo de implantação dos equipamentos de geração é atrativo, e, ao mesmo tempo, o programa já oferece o financiamento equacionado. "Uma pequena ou média empresa com fluxo de caixa limitado nunca faria o investimento só para reduzir custos. Mas com o programa ele financia e paga em cinco a sete anos o investimento por meio da economia obtida", disse Silva.

A WEG e a Engie, ambas com sede em Santa Catarina, são responsáveis pelo fornecimento de equipamentos, alguns deles fabricados no Brasil e outros, como as placas solares, importados.

Das 50 mil indústrias do Estado, o objetivo é atingir no mínimo 5% delas, ou 2.500, disse Silva. Muitas das empresas da região têm o consumo de energia muito baixo, e o custo do investimento não compensa. "Nosso foco é nas pequenas e médias empresas que tenham um consumo que compense o investimento", disse.

A intenção das empresas, segundo ele, é ampliar o projeto para outras regiões do país também. WEG e Engie já estão conversando com outras federações de indústria para isso, buscando também outros bancos de fomento.

"Já temos alguns Estados conversando com a Engie e conosco, vamos tentar promover o modelo por meio de outras federações de indústria", explicou Silva. Segundo ele, porém, o programa não é de fácil implantação, pois o principal catalisador é a existência de um financiamento. "Se a federação tiver desejo de implementar, mas não tiver a solução de financiamento, o sucesso do projeto será muito limitado", completou.

No caso de Santa Catarina, a parceria com os bancos de fomento regionais foi o principal fator que viabilizou o programa. O Estado é um dos poucos do país sem isenção de ICMS para geração distribuída, o que reduz a competitividade desse tipo de geração de energia. "Nós estamos conversando com o governo do

Estado para conseguir [a isenção de ICMS], estamos muito próximos de que isso aconteça", disse Silva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Estudo conclui que agregar valor ao aço não garante margem maior

Um mantra da maior parte da indústria diz que avançar na cadeia produtiva para somar valor agregado aos produtos pode garantir a sobrevivência da empresa. No caso do aço, um exemplo clássico é oferecer revestidos, como os galvanizados, que recebem um banho de zinco para evitar a corrosão das chapas. Um estudo publicado mundialmente hoje pelo Boston Consulting Group (BCG), contudo, refuta a máxima. Siderúrgicas que vendem aço com maior valor agregado não necessariamente têm maior rentabilidade.

A instituição aponta a China como principal causadora desse fenômeno - algo recorrente na hora de se explicar a fonte das mazelas no setor ultimamente. Com um excesso de capacidade que já foi de quase 700 milhões de toneladas, hoje reduzido após cortes de linhas obsoletas no país, somado a outros focos de sobreoferta no mundo, está cada vez mais difícil para as empresas negociarem preços mais atrativos, diz o estudo do BCG.

Mas a pesquisa dá algumas soluções para enfrentar essa aparente contradição, entre elas, exatamente avançar em mais valor agregado - mas no lado de soluções, com um pacote que inclua serviços. "Uma estratégia promissora e de escala menor para reduzir essa pressão sobre os preços é entrar em diferentes mercados de nicho em que poucos estão presentes", diz a consultoria. "[O plano] pode envolver produtos e serviços adaptados a necessidade mais específicas de alguns clientes."

Além disso, o BCG elogia a postura recente da China, adotada pelo presidente Xi Jinping, de reformar a indústria siderúrgica ao reduzir essa capacidade em excesso. De 2016 a 2018, o país estabeleceu como meta fazer um corte de 150 milhões de toneladas, do qual 80% já foi realizado. Nesta semana, os chineses anunciaram que haverá uma diminuição de 30 milhões de toneladas ainda neste ano, completando o planejamento inicial.

Desde 2015, diz o estudo, os cortes somam mais de 200 milhões de toneladas do parque siderúrgico, com a capacidade total fechando 2017 em 980 milhões de toneladas. "[A decisão] já ajudou a reduzir a pressão sobre os preços dos mercados mundiais de aço", acrescenta o texto. Tanto que a China deixou de

produzir muito mais que precisa para consumo próprio e reduziu as exportações em um terço nos últimos dois anos.

Há também uma solução de maior escala, mostra a pesquisa. A consultoria diz que estratégias que possibilitem uma diferenciação mais substancial entre as siderúrgicas vão demandar um maior investimento, ou seja, exigirão mais capital. Isso pode ser alcançado pelas próprias pernas das usinas, mas será muito complicado. Por isso, o estudo aposta em fusões de siderúrgicas que consigam complementar sua carteira de produtos e serviços de maior valor agregado.

O BCG reuniu informações de 77 unidades de 63 diferentes grupos que vendem aço, entre 2002 e 2016, e levou em conta preços de bobina a quente - no caso de aços planos - e de fio-máquina - para longos - na hora de determinar quanto a mais de valor agregado foi vendido. Em todas as regiões, as maiores margens concentram-se em preços mais próximos dos semielaborados, com Europa e Ásia (menos China) tendo até compressão das margens Ebitda a preços maiores. Um exemplo mais específico foi a diferença entre a rentabilidade de quem vende aço mais ou menos revestido. Nos dois casos, a margem se aproximou de 10,5%.

A mensagem geral do estudo é de que a operação de uma siderúrgica hoje dificilmente se paga. Desde a crise de 2008, o retorno sobre capital investido mediano não paga mais o custo de capital do setor, apesar de ter chegado mais perto em 2016. Além disso, as margens Ebitda foram encolhidas, de uma média de 16% até 2008 para 8% entre 2011 e 2015. Atualmente, o índice varia entre 12% e 13%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak e Vinícius Pinheiro | De São Paulo

Título: Petrobras obtém linha de crédito de US\$ 4,35 bi

A Petrobras fechou ontem a contratação de uma linha de empréstimo sindicalizado - com a participação de vários bancos - no valor de US\$ 4,35 bilhões. A informação foi antecipada ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. A operação será de cinco anos e na modalidade RCF ("revolving credit facility", no termo em inglês), que funciona como uma espécie de cheque especial para a companhia, que poderá sacar os recursos quando achar necessário.

É a primeira vez que a Petrobras se vale desse tipo de linha de crédito, segundo fontes do mercado. A principal vantagem em relação a uma captação tradicional

é o custo mais baixo do que se tivesse de carregar esses recursos no balanço. A expectativa da estatal era encerrar 2017 com pelo menos US\$ 20 bilhões em caixa. Os resultados da empresa saem no dia 15 de março.

A operação foi liderada pelos bancos BNP Paribas, Credit Agricole, Citibank e Mizuho, mas foi posteriormente dividida com outras instituições, chegando a 17 no total. A estimativa inicial era de fechar o financiamento em US\$ 3 bilhões, mas o valor subiu para atender à demanda. Procurada, a Petrobras não comentou o assunto.

O resultado do empréstimo sindicalizado consolida a melhora na percepção de risco da companhia pelo mercado, segundo uma fonte. "Uma operação desse tipo seria impensável para a companhia dois anos atrás", diz. No fim de setembro, a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa medida pelo Ebitda da companhia era de 3,16 vezes, depois de atingir 5,11 vezes no fim de 2015.

A captação foi a segunda realizada pela Petrobras no exterior neste ano. Em janeiro, a estatal acessou o mercado de títulos de dívida (bônus) com uma emissão de US\$ 2 bilhões com vencimento em 2029. Os títulos foram vendidos com um retorno ao investidor ("yield") de 5,95% e a demanda chegou a quase US\$ 10 bilhões.

Também em janeiro, a Petrobras sacou US\$ 2 bilhões de um financiamento contratado com o China Development Bank no fim do ano passado, e aproveitou para pré-pagar o saldo remanescente de outro empréstimo com a instituição chinesa, no valor de US\$ 2,8 bilhões e que venceriam nos próximos dois anos.

A estatal anunciou ontem uma operação semelhante com o Banco do Brasil. A empresa obteve uma linha de R\$ 6,5 bilhões para financiamento de exportações, com vencimento em 2024 e liquidou antecipadamente R\$ 7,5 bilhões em empréstimos que venceriam entre 2019 e 2021.

O programa de venda de ativos da Petrobras, outra fonte importante de recomposição das finanças da companhia, sofreu um revés com a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de rejeitar a negociação da Liquigás para a Ultragas, do grupo Ultra. A estatal avalia fazer a venda com a abertura de capital da empresa na bolsa.

MME / ASCOM .